



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR – 0046.17.039403-8

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 03 dias do mês de maio de 2017, às 19h00, nas dependências da Rua da Cidadania de Santa Felicidade, Curitiba-PR, localizada na Rua Santa Bertila Boscardin, nº 213, tiveram início os trabalhos de Audiência Pública, nos autos de P. A. nº MPPR – 0046.17.039403-8, sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Swami Mougnot Bonfim. **PARTICIPANTES:** Assinalou-se a presença da comunidade local e dos órgãos públicos, conforme lista em anexo. A Presidente declarou aberta a Audiência Pública agradecendo a presença da comunidade e dos representantes dos órgãos públicos. Agradeceu à Administradora Regional, Simone pelo espaço cedido e pelo auxílio na divulgação da Audiência Pública. A Administradora agradeceu a participação dos representantes do poder público municipal. Agradeceu ainda a presença do Deputado Rubens Recalcatti, ao representante da Deputada Maria Vitória, ao representante da vereadora Maria Manfron, Guarda Municipal, Polícia Militar, CONSEG, Fundação de Ação Social, representantes das Secretarias Municipais. Destacou a importância do Conselho Comunitário de Segurança para a comunidade, lembrando que os participantes do CONSEG são voluntários e juntamente com a participação das Polícias Militar e Civil, zelam pela segurança dos bairros. Ressaltou que o Ministério Público é um órgão independente do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Que o MP é apartidário e aos seus Membros há vedação de filiação a partido político, portanto, esclarece que, a atuação pode ser política, pois envolve decisões para administração da cidade, mas não é partidária. Que a Promotoria de Justiça das Comunidade realiza Audiências Públicas com vistas a auxiliar na transparência da Administração Pública, que é um instituto essencial para o controle das decisões do poder público. Bem como oferece um canal de participação para a comunidade, e oportuniza a comunicação direta com os órgãos

Audiência Pública – Região Santa Felicidade - ocorrida em 03-05-2017

1



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR – 0046.17.039403-8

públicos e privados, o acesso à informação. Destacou que a Constituição Federal nos traz muitos direitos e que precisamos buscar meios para atingi-los. A Presidente passou a palavra a senhora Vanda, presidente da União de Associação, e Conselheira Local de Saúde questionou qual o “caminho no Ministério Público para que alguém obtenha uma medicação”, quando já procurou o município e não recebeu. A Presidente informou que há uma Promotoria de Justiça específica que atende na área de Saúde Pública que pode atender demandas, em que há recusa do Governo Municipal no fornecimento de determinado medicamento, desde que sejam apresentados os documentos necessários para instrução de procedimento na respectiva Promotoria; destacou que há medicamentos que só se encontra fora do país, e que são questões polêmicas, pois há muitas pessoas que acreditam que não é correto fornecer tratamentos caros. Na sequência, o senhor Ivo Rodrigues, da Associação de Moradores do Bairro Mossunguê, pediu a palavra e falou que desde que o Coronel Zanatta assumiu outras funções, e portanto, com a troca do comando, a comunidade terá que apresentar novamente a demanda, com mais de mil assinaturas de moradores, solicitando a instalação de Batalhão na região – no terreno dos fundos do Carrefour. Falou, ainda, que não há atendimento para construção de CMEIS na região e estão aguardando respostas. Questionou também quanto a regularização da área denominada Bom Menino, pois houve realocação das famílias e no local desocupado foi feita a solicitação de instalação de cancha, porém, ante a inércia da poder público, o local foi novamente ocupado. Questionou, também, como Conselheiro de Saúde, dúvida relativa a exames não cobertos pelo SUS, pois acha que “deveriam cobrir”; citou como exemplo seu caso, que não pôde realizar o exame porque a máquina estava quebrada. A Administradora falou que quanto ao CMEI Mossunguê, ela tem conhecimento da demanda, mas que por algum motivo não entrou nas LOA anteriores e que agora poderá levar a questão à Secretária Municipal de Educação, Maria Sílvia, para programação. Acerca da área Bom Menino, disse que é sabido que há seis áreas

Audiência Pública – Região Santa Felicidade - ocorrida em 03-05-2017

2



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR – 0046.17.039403-8

de ocupação irregular que estão em regularização. Entende que a questão é cultural, quanto a reocupação das áreas desocupadas. Falou que tem conhecimento que há uma área do Estado em que está prevista a construção do 12º Batalhão que fica no bairro de Santa Felicidade, e que a área dos fundos do Carrefour é área de Preservação Ambiental - APA. A Senhora Patrícia, representante da saúde, informou que verificará a questão do equipamento quebrado – da US Campina do Siqueira, junto à Secretaria Municipal de Saúde. Quanto ao exame do Sr. Ivo, pegará os dados para verificar o que realmente aconteceu. A Presidente solicita que a Promotoria seja comunicada acerca do andamento (citado no item anterior). Questiona à Administradora se a construção de CMEI está prevista no orçamento. A Administradora falou que após o pedido da população, a Secretaria responsável está avaliando a possibilidade de inclusão na previsão orçamentária. Citou que há outros CMEIs, com previsão na LOA aguardando a execução, como por exemplo o CMEI Pinheiros; e que estes são prioridades. A Presidente ressalta aos presentes que essa questão de construção e disponibilização das vagas em CMEIs deve ser persistida pelos moradores. O Deputado Rubens Recalcatti pediu licença para se ausentar e se colocou à disposição para o recebimento de demandas apresentadas nas Audiências. A Presidente agradeceu a presença do mesmo, informando que, se necessário, fará encaminhamentos e contatos posteriores. Dando seguimento, a Sra. Denise, da SME, informou que o Núcleo Regional de Educação supriu todas as demandas de vagas para CMEIS, na região de Santa Felicidade, até a presente data.* Que a Secretaria recebe os pedidos por sistema e a partir disto pode programar novas construções, destacando que há muita dificuldade para localização de terrenos aptos para construção de CMEIS. Que nos últimos anos os CMEIS foram construídos com verbas do Governo Federal e que atualmente, há sete CMEIS em fase de término de obra. Ressaltou que não se trata somente da construção, da parte física, mas também da lotação de funcionários, compra de materiais e

Audiência Pública – Região Santa Felicidade - ocorrida em 03-05-2017

3

* Para idade de 4 e 5 anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR – 0046.17.039403-8

manutenção. Que a Secretaria está em processo de chamada de servidores aprovados em concurso. A Presidente questiona sobre as demandas novas, para construção de CMEIS e a Administradora informou que a prioridade do orçamento é para equipar as obras concluídas e que a gestão anterior não deixou orçamento para mobiliar as novas unidades inauguradas no final de dezembro de 2016. Que a atual gestão tem compromisso de não colocar na previsão orçamentária aquilo que não puderem executar. E Que a comunidade pode ter expectativa para inclusão da demanda no orçamento de 2018 e se ocorrer imprevistos, a comunidade será consultada para negociação. A Sra. Denise informa que a comunidade tem que fazer o registro de seus pedidos para que a Secretaria tenha dados acerca da demanda reprimida. O Sr. Ivo falou às gestoras que, por exemplo nos bairros Seminário e Campina do Siqueira, há demanda reprimida de pelo menos 200 crianças sem atendimento pelo CMEI e que muitas famílias deixaram de se cadastrar porque “desistiram”. O Sr. Pedro pediu a palavra e disse que a construção de Batalhão está prevista para área existente atrás do Colégio Zardo, numa área de aproximadamente 7mil-m2, que é destinada à construção. Que este processo já vem sendo negociado junto ao Estado, Câmara de Vereadores. Que pela Assembleia Legislativa, uma emenda “sairá em maio de 2017”, para o projeto de construção. Que após, serão procurados os Deputados para novas emendas para a edificação e que o valor aproximado para obra é de dez milhões. O Sr. Ivo retoma a palavra e esclarece que sua fala anterior era acerca de construção de Companhia Militar e não Batalhão. O Sr. Antônio, do Conseg Mercês e presidente da Associação de Moradores Vista Alegre esclareceu que em fevereiro de 2017 foi assinado contrato com o Governo Estadual e que no início do ano “receberam verba do BID de 170 milhões de dólares para investir em segurança pública”, entendendo que é possível esclarecer qual é a possível destinação do recurso, (“que a Associação enviou ofício à Secretaria de Segurança, buscando informações da verba, porém a Secretaria não forneceu informações precisas,

Audiência Pública – Região Santa Felicidade - ocorrida em 03-05-2017

4



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR – 0046.17.039403-8

apenas enviaram o contrato de financiamento. Que foi solicitado uma reunião pela Associação de Moradores e a Secretaria informou que em até 30 dias seria agendado, mas que até a presente data não foi marcada a reunião"). A Sra. Débora, moradora, reclamou que já fez 15 protocolos na SMMA, e que "seu vizinho coloca fogo em vários objetos, que causam poluição atmosférica", que não consegue atendimento pelos órgãos públicos. Reclamou da dificuldade que teve para matricular o filho em CMEI. Reclamou também da falta de materiais na US Pinheiros e que por essa razão os exames estão sendo suspensos. Que há mais ou menos um mês há falta de materiais. Informou que possui protocolos acerca das reclamações. A Sra. Patrícia, da Secretaria de Saúde se dispôs a receber a Sra. Débora, porém, a Sra. Débora prefere levar os protocolos na Promotória das Comunidades. O Sr. Luciano, morador, reclama da falta de segurança na região da Rua Santa Bertila Boscardin e João Dallastela. Que são abordados por cuidadores de carros alcoolizados e que a população sente medo. O Soldado Gomes informa que pode ser solicitado atendimento através do 190, mas que há pouco efetivo para suprir os 8 bairros da região. O sr. Luciano reclama que o atendimento do 190 não funciona. O Sr. Pedro, do Conseg, informou que tem conhecimento de que foi pedido à Polícia Militar na Rua Manoel Ribas e na Toaldo Túlio para tomar providências, porque a comunidade questiona a permanência dos cuidadores de carros, "mas que há divergências na interpretação de juizes quanto à proibição". Que em relação à PM, "nos últimos 2 meses tem intensificado a atuação, o que não tem sido suficiente". Solicitou à SMDS, a implantação de estacionamento regulamentar na região. Pede ao Ministério Público que interfira junto à Guarda Municipal para que intensifiquem a ação na região. A Sra. Thaiza, da Associação Comercial local, informou que já fez protocolo pedindo implantação de "ESTAR" e implementação de placas de "15 minutos" de permanência. A Presidente questiona à Administradora se já há algum estudo e a Administradora informou que há, mas que também há dificuldade para efetivo na fiscalização. Que em relação à

Audiência Pública – Região Santa Felicidade - ocorrida em 03-05-2017

5



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR – 0046.17.039403-8

segurança, têm contatado o Tenente Carlos Alberto, da 4ª Companhia, e com a FAS, que têm feito abordagens junto a essa população. Que sabe que há casos de cuidadores de carros que são na verdade, pessoas que pedem esmola. Falou ainda que a Prefeitura tem verificado locais para implantação de estacionamentos. A sra. Eliana Schimdt, pediu a palavra para elogiar a US Pinheiros e que "a equipe e a Unidade atende muito bem". A Sra. Simone, moradora da última casa da Rua José Culpí, informa que verificou que existe um rio "Rio Passaúna" e que este está muito poluído, com lixo, inclusive grandes objetos e móveis. Que há despejo de lixo pela própria prefeitura. Solicita atendimento pela Secretaria, que seja feito um planejamento para limpeza. A Presidente questiona se há possibilidade de encaminhamento de equipe ao local para limpeza, mas, questiona, principalmente, se há algum órgão que poderia verificar o assunto, uma avaliação acerca da possibilidade de ação educativa junto à população. A Administradora pede que a população acione o 156 e informe detalhes. Que a Regional fotografa e aciona a SMMA. E a SMMA pode visitar as moradias para ação educativa, pois trata-se de área que compõe manancial. Se houver móveis para descarte, que a população chame a FAS para coleta e reaproveitamento. A Presidente informa que será feito contato posterior para tomada de providências. Aberta a palavra, a Sra. Paula, aluna da Escola Pinheiros, falou que os alunos foram mobilizados pela Professora Marcia Barbosa a comparecerem à presente Audiência e que os alunos farão um relatório sobre a participação. A Comunidade toda aplaudiu a iniciativa da Professora. O sr. Acivaldo falou que tem um terreno que é área "encravada", por questões documentais, e pergunta o que o município pode fazer para regularizar. A Presidente lembrou que uma das possibilidades é procurar a solução jurídica por meio de advogado, por ser demanda particular, portanto, que o MP não pode atuar. O Sr. Antônio do Conseg Mercês falou que há uma "empresa júnior", chamada "Alcance", vinculada à UFPR, que têm como foco este tipo de regularização, que ofertam o serviço a baixo custo, e que os alunos de engenharia em aprendizado

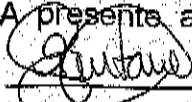


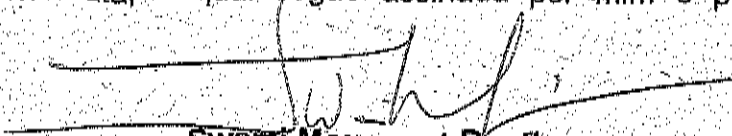
MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

P. A. nº MPPR – 0046.17.039403-8

estarão na próxima segunda-feira, dia 8, na Paróquia Santa Luzia. O Sr. Acibaldo pediu novamente a palavra e falou que há um “projeto comunitário”, para limpeza de rios, acompanhado pelo Dr. Saint’Clair da Promotoria do Meio Ambiente e os membros da Igreja Católica - Matriz de Santa Felicidade. O Sr. Mauro da Associação Moradores Saturno falou da importância da organização comunitária e que estas façam parcerias com órgãos e entidades. Falou, ainda, sobre a importância de incentivar as pessoas a se vacinarem. A Sra. Regina reforça o pedido da presença da Guarda Municipal nas Escolas e nas Unidades de Saúde. A Presidente fez os agradecimentos finais. A presente audiência encerrou-se às 21h40min. Eu, Vanessa Milene de Santana,  Assessora de Promotor lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.


Swami Mougnot Bonfim
Promotora de Justiça


SIMONE DA GRAÇA DAS CHAGAS LIMA
Administração Regional de Santa Felicidade